



Assembleia de Freguesia de Ermesinde

Ata da Reunião de 23/09/2022

Aos vinte e três dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu a Assembleia de Freguesia de Ermesinde, na Sede da Junta de Freguesia, à Rua D. António Ferreira Gomes, número trezentos e sessenta e cinco, convocada ao abrigo do artigo número onze, da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, com a seguinte Ordem de trabalhos:

Período antes da ordem do dia

- a) Intervenção do público
- b) Intervenções dos Membros da Assembleia
- c) Informações

Ordem do Dia

- 1. Discussão e votação da Ata da reunião anterior;
- 2. Autorização para Compromisso plurianual relativo à aquisição de serviços " Limpeza, Urbana nos arruamentos e infraestruturas da Freguesia de Ermesinde".
- 3. Relatório de Atividades da Junta

Estiveram presentes os seguintes membros da Assembleia de Freguesia: Josué Lima Morais, António Alberto Alves de Sousa, Zita Helena Duarte Rodrigues Cardoso, André Ricardo Martins Viana Barbosa, Ana Helena Pinto da Conceição, Florentino Paulo Mota da Silva, Hugo Alexandre Fernandes Peixoto, Juliana Cardoso Silva, Manuel Almeida Costa, Manuel Francisco Ferreira do Couto, Maria de Fátima Plácido Aparício, Maria Manuela Castro Queirós, Renato Ferreira de Sousa, Rui Alfredo Dias Fernandes de Almeida, Tiago Filipe Ramalho Teixeira. Verificou-se, também, as seguintes substituições, ao abrigo do artigo número setenta e oito da lei número cento e sessenta e nove, de dezoito de setembro de mil novecentos e noventa e nove, com a redação dada pela Lei número Cinco – A, de onze de Janeiro de dois mil e dois: do Partido Socialista (doravante designado PS) André Adolfo da Silva Teixeira por Marco Gabriel Ramos



Pinto, António Joaquim Teixeira da Mota por David José Lopes Magalhães; da Coligação Democrática Unitária (doravante designado por CDU) Ângela Maria Pinto Ferraz por Silvia Manuela Moreira da Silva.....

Período antes da ordem do dia

No início da reunião da Assembleia o Presidente da Mesa, Josué Morais, saudou os presentes.

a) Intervenção do público

O Presidente da Mesa, relativamente ao ponto "intervenção do público", perguntou se havia alguém do público para intervir, tendo solicitado a palavra o Sr Mário Fernandes Carneiro Coelho. O Sr. Mário Coelho interveio para denunciar a degradação do serviço de entrega de porta a porta do correio por parte dos CTT e pediu aos órgãos autárquicos que indagassem junto da referida qual a razão para a verificação desta situação.

b) Intervenção dos Membros da Assembleia

Rui Almeida, do Partido Centro Democrático Social - Partido Popular (doravante designado CDS-PP) interveio acerca dos semáforos sitos na confluência das ruas Manuel Joaquim Fernandes dos Santos, Alberto Ribeiro e 5 de outubro onde o funcionamento dos mesmos torna o trânsito caótico pelo que, na sua opinião, se deveria pensar se não seria melhor desligar os semáforos. Alertou também para a falta de iluminação pública, já algum tempo, na rua Mirante de Sonhos e esperava que a Junta interviesse junto dos serviços para a agilizar a reparação da situação. Acerca do Complexo Desportivo Montes da Costa, equipamento municipal, que apesar de inaugurado recentemente, se apresenta de tal forma que parece estar abandonado, com ervas com cerca de um metro, pelo que pedia que a Junta solicitasse junto da Câmara Municipal a manutenção daquele espaço. Por último deixou um apelo a toda a comunidade Ermesinde e forças vivas da cidade para que não se deixe morrer a festa do Padroeiro da cidade, o S. Lourenço. Pediu ainda ao Sr. Presidente da Junta que consiga reunir as pessoas para que todos juntos possam revitalizar a festa e sobretudo não deixar a mesma ser substituída pela festa dos ferroviários, realizada 15 dias após o S. Lourenço.....

De seguida interveio Florentino Silva do Bloco de Esquerda (doravante designado por BE) para apresentar uma moção acerca da degradação do serviço de correios prestado pela empresa CTT



(esta intervenção fica anexada à presente ata como **Anexo número um**, fazendo parte integrante da mesma).

Após a apresentação da moção, Florentino Silva (BE), relativamente ao suplemento remuneratório de penosidade e insalubridade, perguntou ao Sr Presidente de Junta se estava a ser aplicado o pagamento do suplemento (esta intervenção fica anexada à presente ata como **Anexo número dois**, fazendo parte integrante da mesma)

De seguida Silvia Silva (CDU) usou da palavra para, acerca das obras de requalificação do mercado e da feira, perguntar para quando estava previsto o fim da mesma, se os feirantes iam regressar aos seus espaços anteriores, se os custos dos espaços avençados iam ser agravados. Ainda perguntou qual era a posição do Sr. Presidente da Junta perante o facto de chover dentro do mercado e do calor insuportável dentro do mesmo devido ao telhado ter partes em acrílico sem proteção contra o sol. No que diz respeito à praça Sá da Bandeira, objeto de intervenção, disse que a mesma tinha ontem ficado sem luz e perguntou para quando a resolução desse problema. Na sua intervenção Silvia Silva (CDU) abordou também a questão da deficiente recolha do lixo que apesar de reconhecer ser uma competência da Câmara Municipal considera que a Junta de Freguesia de Ermesinde deve defender os legítimos interesses dos Ermesindenses exigindo à Câmara Municipal a resolução deste problema que é, até de saúde pública.....

Seguidamente Hugo Peixoto do Partido Social Democrata (doravante designado por PSD) usou da palavra para lembrar que no próximo dia 26 de setembro completaria um ano das últimas eleições autárquicas e que na sua perspetiva nada tinha mudado observando-se os mesmos problemas. Congratulou-se pelo facto de o pavilhão da Bela ter sido requalificado. Referiu ainda que o Complexo Desportivo dos Montes da Costa, recentemente inaugurado, já tinha aspeto de estar ao abandono. Considerou que o trânsito em Ermesinde era caótico e que era necessário, todos em conjunto, trabalhar para se perceber o que se teria de fazer para alterar este estado de coisas. Questionou o Presidente da Junta relativamente a equipamentos comprados pelo Município de Valongo. Quanto ao antigo cinema de Ermesinde perguntou se havia alguma ideia para esse espaço e quanto à casa do Cônsul do Equador se havia algum projeto de forma a perceberem qual a importância destes dois equipamentos para a cidade.

André Barbosa (PSD) tomou a palavra para perguntar ao Sr. Presidente da Junta se, com a aproximação do Outono e Inverno, a manutenção das sargetas da rua estava feita. No que diz



respeito à rua Outeiro de Sá referiu que tinha informações que o betuminoso tinha sido retirado e a obra estava parada há cerca de mês e meio. Disse ainda que na rua da Costa havia uma tampa que quando passava um carro o barulho era ensurdecador, mas que já estava resolvido. Outro problema referido por André Barbosa (PSD) era o trânsito insuportável nos Montes da Costa nomeadamente quando as pessoas se deslocavam à escola para recolher os seus filhos pelo que perguntou ao Sr. Presidente da Junta se não podia haver solução com alguma sinalização que pudesse forçar a não haver tanta circulação de carros naquela rua. Alertou ainda para o facto na rua Alto da Costa, no parque de estacionamento junto a moloque as ervas terem já um tamanho elevado. Por último referiu que em Ermesinde a falta de policiamento é gritante e que havia pessoas que têm medo que os seus filhos de 15, 16 e 17 anos andem na rua. Sugeriu ainda que a Câmara e a Junta fizessem uma vigília para a esquadra de Ermesinde ser uma esquadra e que ele próprio estaria disponível para participar.....

De seguida o Presidente da Junta, João Morgado, usou da palavra para responder às questões levantadas pelos intervenientes anteriores. Quanto aos semáforos e respondendo a Rui Almeida (CDS-PP) disse que se, por exemplo, fosse possível os semáforos funcionarem 20 segundos para um lado e minuto e meio para outro caso contrário desligar pura e simplesmente os semáforos e assumir-se que foi um erro a sua introdução. Quanto à falta de iluminação em Mirante de Sonhos disse que a EDP terá todo o interesse em ter todas as luminárias ligadas pelo que ia na 2ª feira telefonar ao Engenheiro responsável pela manutenção da rede pública de iluminação no concelho. Quanto à manutenção do Complexo Desportivo Montes da Costa disse que na próxima semana, 2ª feira, a situação iria ficar resolvida e que a própria Junta iria fazer a manutenção do complexo. No que diz respeito à festa de S. Lourenço afirmou que a mesma não se realizou no ano de 2018 por desentendimentos na Comissão de Festas. Disse ainda que o Executivo se disponibilizou para participar em reuniões para se encontrar uma solução. Afirmou também não ficar agradado com certos comentários que são feitos nas redes sociais relativamente ao comportamento da Junta. Disse ainda que a Junta deu o subsídio como deu nos outros anos e tratou de tofos os licenciamentos sem cobrar qualquer importância. Considerou também não fazer sentido algum a realização de uma romaria com o nível que teve a deste ano pelo que juntamente com a paróquia iriam procurar uma solução. Relativamente ao suplemento de penosidade afirmou que a Junta estava a pagar desde janeiro o valor máximo a todos os assistentes operacionais com funções de coveiro. Em resposta a Silvia Silva (CDU) e relativamente à requalificação da feira e do mercado disse ter lutado para que a mesma se



fizesse e se cumprisse, uma promessa com mais de 20 anos. Afirmou também que o espaço sobranter ia ser requalificado para utilização pública, nomeadamente com a construção de uma escadaria da rua de Bissau para a feira e a edificação de uma nova unidade de saúde familiar da Gandra. Disse também que os feirantes iam voltar aos seus locais, no cumprimento escrupuloso do que está legislado. Se os feirantes não se entenderem entre si quanto à melhor solução terá de ser feito sorteio conforme a lei o exige. Já quanto à falta de luz na praça Sá da Bandeira disse que o vereador responsável pelo pelouro das obras lhe tinha transmitido que já tinha intimado a empresa a cumprir o que estava contratado nomeadamente a reinstalação das luminárias. Quanto às inundações, problema levantado pelo Andre Barbosa (PSD), afirmou ser um problema transversal e que não era só em Ermesinde e que resultava de fenómenos atmosféricos. Disse ainda que o Executivo todos os dias pressiona a empresa para desentupir as sargetas e que a Junta fiscaliza o cumprimento destas tarefas. Quanto à parceria com os CTT disse que somente faziam troca de vales e registos ou expedição de encomendas não fazendo distribuição de correio. Quanto à reclamação feita pelo freguês Sr. Mário Coelho afirmou não perceber as razões da situação, mas que, no entanto, na próxima 2ª feira iria falar com o contato na parceria para ver se ele conseguia explicar o que se estava a passar. Respondendo a Hugo Peixoto (PSD) começou por dizer que a requalificação dos passeios e o alcatrão das estradas não era responsabilidade da Junta, mas que a falta de manutenção que se verificava tinha anos e que não podíamos esperar que aquilo que não se fez em anos se fizesse de um dia para o outro. Disse ainda que estavam em requalificação as ruas Outeiro de Sá, Cancela, Afonso de Albuquerque e rua da Palmilheira da responsabilidade da Câmara Municipal. Quanto ao trânsito afirmou, numa cidade com as características de Ermesinde, ser há muitos anos defensor do trânsito de um só sentido que além de permitir uma maior fluidez no trânsito permitia também, com a libertação de uma das faixas de rodagem, criação de lugares de estacionamento. Disse ainda, que sabia que por parte da Câmara, com as alterações ao PDM, parte do trânsito poderia ser reorganizado. No que diz respeito às piscinas municipais afirmou que a situação gerava alguma preocupação e que teria a ver com os empreiteiros. Quanto ao cinema disse haver um anteprojecto e um desenho com alçados principais e os laterais para a Casa das Artes de Ermesinde. Já quanto à casa do cônsul do Equador disse que gostava e que não estaria fora de questão o nascimento ali do museu da cidade de Ermesinde. Quanto às questões postas por André Barbosa (PSD) o Presidente da Junta e relativamente à estação de Ermesinde, disse que no ano passado o telhado tinha sido recuperado ao ponto de não chover dentro da estação pelo que estava convencido que no momento não chovia. Referindo-se à rua Outeiro de Sá confirmou



que obra estava atrasada. Quanto à tampa da rua da Costa que fazia barulho quando passava um automóvel disse que a mesma já tinha sido reparada. Disse ainda que as tampas para águas pluviais e saneamento eram de ferro e redondas. As retangulares eram de comunicações e que qualquer necessidade de reparação das mesmas era reportada à Altice via Câmara Municipal. Referiu também que a rua da Costa tinha sido feita com determinadas características, nomeadamente a circulação somente a residentes, pressupondo o cumprimento do código da estrada e que o seu não cumprimento originava o aumento de trânsito. No que diz respeito às ervas na rua do Alto da Costa disse que na 2ª ferira iria ver em que pé estaria a extirpação das mesmas nessa zona. Quanto ao policiamento de Ermesinde disse que quando, numa das reuniões havidas, se colocou a hipótese do fecho da esquadra fora garantido como contrapartida a colocação de mais um carro-patrolha em Ermesinde se fosse permitido o encerramento. Afirmou ainda que um carro-patrolha faz um melhor trabalho de que uma esquadra aberta, mas que um carro-patrolha em termos operacionais implicaria ter adstrito ao carro 12 pessoas. Também afirmou que numa das reuniões e perante a impossibilidade de se reforçar a esquadra de Ermesinde a Comandante terá dito que não lhe passava pela cabeça encerrar a esquadra de Ermesinde e que nessa altura o Sr Presidente da Câmara teria ficado com a responsabilidade de junto de 5 ou 6 oficiais com quem estavam reunidos de estudar as várias possibilidades de colocar vigilância na cidade de Ermesinde, nomeadamente nos corredores centrais. Referiu que o sentimento de insegurança era real, mas que tinha dúvidas se o índice transmitia a realidade.....

De seguida André Barbosa (PSD) voltou a intervir sobre o policiamento dizendo que tinha informação que próximo dia 30 de setembro terminava um curso de agentes da PSP. Esperava também que o Sr Presidente da Câmara, a exemplo do que fez aquando do Hospital de Valongo, tomasse uma posição porque ele entende contrariamente ao Sr. Presidente da Junta que a insegurança era real e não era só a descrita nas redes sociais.

Seguidamente o Presidente da Mesa pôs à discussão, depois de admitida, a moção do Bloco de Esquerda relativamente aos CTT.....

Rui Almeida (CDS-PP) usou da palavra para dizer que não podia votar favoravelmente a moção porque ela na sua substância tinha um cariz político imputando ao governo PSD/CDS-PP a privatização dos CTT esquecendo de referir que houve vários governos após aquele e que num



dos quais o Bloco de Esquerda tinha uma grande preponderância com o apoio parlamentar que dava ao governo em funções.....

Seguidamente Hugo Peixoto (PSD) disse que o Partido Social Democrata ia votar contra porque o cariz da moção era político. Que objetivamente concordavam com a falta que os CTT tem com a população de Ermesinde, mas que devido à redação não a podiam votar favoravelmente.....

Silvia Silva (CDU) disse que tudo na vida era político e ideologia ao contrário daquilo que nos querem fazer crer a todos. Que no texto da moção era imputada a culpa ao governo PSD/CDS-PP o que não seria verdade porque depois disso a concessão foi renovada com governos PS e com o apoio da esquerda pelo que a argumentação teria de ser outra. Também afirmou ser contra a entrega a privados de serviços públicos que considera essenciais e portanto que iria apoiar a moção votando favoravelmente.....

André Barbosa (PSD) disse que não tinha problemas nenhuns em dizer que achavam que o Estado não devia ser 100% interveniente na economia. Que bastava-lhe ler o início da moção para ver que estavam a atirar a culpa ao governo PSD/CDS-PP e o que se fez depois era sempre culpa do PSD e CDS-PP, pelo que iam votar contra.....

Não havendo mais intervenções relativamente a este ponto o Presidente da Mesa pôs à votação a moção sendo a mesma aprovada com 13 votos a favor (10 do PS, 2 do BE, e 1 da CDU) e 5 votos contra (4 do PSD e 1 do CDS-PP).....

c) informações

Não houve informações.....

Ordem do Dia

1. Discussão e votação da Ata da reunião anterior;

O Presidente da Mesa, não havendo intervenções acerca da ata, pôs a mesma a votação tendo sido aprovada por todos aqueles em condições de a poder votar.....

Não votaram, em virtude de não terem participado na reunião da Assembleia de 30/6/22 Silvia Manuela Moura da Silva (CDU), David José Lopes Magalhães (PS) e Manuel Almeida Costa (PS).....



2. Autorização para Compromisso plurianual relativo à aquisição de serviços "Limpeza, Urbana nos arruamentos e infraestruturas da Freguesia de Ermesinde";

Hugo Peixoto (PSD) tomou a palavra para perguntar ao Presidente da Junta se a verba para o longo do período do contrato de limpeza das infraestruturas dos arruamentos, 4 anos era suficiente e se tinha havido algum critério na escolha da empresa

De seguida Silvia Silva (CDU) disse que a Junta de Freguesia nos últimos anos tem recorrido à prestação de serviço de empresas privadas com resultados desastrosos que estavam à vista de todos, arruamentos sujos, sargetas e sumidouros por limpar e que até agora não tinha sido provado ser vantajoso para as populações e autarquias as concessões a privados. Perguntou também se as ruas abrangidas eram todas da freguesia, qual a periodicidade para a varredura de cada rua ou zona, como seria a fiscalização e quais os mecanismos que existiam em caso de incumprimentos, como seria feita a inclusão de novas ruas no contrato. No caso do contrato anterior questionou se a empresa fora penalizada pelo incumprimento do mesmo e em que montante. Ainda perguntou se nos cadernos de encargos do novo contrato estava prevista alguma caução ou garantia bancária que possa ser executada. Por fim afirmou que no passado a limpeza urbana já tinha sido assegurada por serviços públicos que faziam um trabalho com qualidade em favor das populações e que esse deveria ser o caminho (esta intervenção fica anexada à presente ata como **Anexo número três**, fazendo parte integrante da mesma).....

De seguida o Tesoureiro, Miguel Oliveira, usou da palavra para responder às questões levantadas. Quanto à dúvida posta por Hugo Peixoto (PSD) se a verba era suficiente disse que no anterior contrato a verba inscrita era de 148 000 euros qualquer coisa como 12 300 euros mensais e que depois de terem em conta a taxa de inflação e a evolução dos preços de mercado e do que seria necessário para freguesia, o Executivo resolveu abrir um novo concurso público internacional por 250 000 euros anuais o que dá um milhão para os 4 anos e que no seu entender parecia dar garantias de serviço adequado. Quanto aos critérios afirmou que os mesmos iriam ser definidos no caderno de encargos quer os técnicos e os materiais que o Executivo entende e também a Assembleia entenderá ser os mais adequados para se efetuar a varredura quer do ponto de vista da periodicidade, maquinaria a aportar, cantões pelos quais a cidade irá ser dividida e se a maquinaria a utilizar era amiga do ambiente ou se recorria a combustíveis fósseis. Em resposta a Silvia Silva (CDU) disse que a Junta de Freguesia, conforme



o estabelecido no auto de transferências de competências, é responsável pela varredura e extirpação de ervas em todas as ruas que no momento existem em Ermesinde. No que diz respeito à periodicidade afirmou que no momento está a ser alvo de análise de forma a perceber-se, em face da construção e crescimento demográfico da cidade, quais as alterações a efetuar na periodicidade da varredura e que serão vertidas no caderno de encargos e que a fiscalização será garantida pelos serviços da Junta. Referiu ainda que os mecanismos, em caso de incumprimento, eram os que já estavam previstos no contrato anterior e os que a lei permite acrescentando que no próximo contrato seria exigido o depósito de uma caução. No caso de existirem novas ruas disse que a Junta de Freguesia asseguraria a varredura e extirpação de ervas referindo que o auto de transferência de competências, em caso de aumento ou alteração significativa do objeto do auto, previa renegociação com o Município. Por último afirmou que a empresa esgotara todas as suas responsabilidades até ao último dia, podendo-se no entanto perguntar se tinha executado da melhor forma, acautelando o futuro.....

Rui Almeida (CDS-PP) usou da palavra para criticar o facto do Tesoureiro não ter expressado a sua opinião quanto à questão do público ao privado, suscitada aquando da discussão da moção sobre os serviços dos CTT pelo que gostava que o Sr Tesoureiro expressasse a sua opinião para se ver se era ou não consentânea com a votação que tinha sido expressa pelos eleitos do Partido Socialista na referida moção.....

De seguida Hugo Peixoto fez uma declaração de voto (esta intervenção fica anexada à presente ata como **Anexo número quatro**, fazendo parte integrante da mesma).....

O Presidente da Mesa, não havendo mais intervenções sobre este ponto, pôs a votação "Autorização para Compromisso plurianual relativo à aquisição de serviços de "Limpeza Urbana nos arruamentos e Infraestruturas da Freguesia de Ermesinde" tendo sido aprovada com 10 votos a favor (10 do PS) 3 contra (2 BE e 1 CDU) e 5 abstenções (4 do PSD e 1 CDS-PP).....

3. Relatório de Atividades da Junta.....

Sobre este ponto André Barbosa (PSD) usou da palavra para dizer que era complicado fazer uma análise a um relatório recebido com pouco mais de 24 horas e pedia que se fosse possível o relatório fosse entregue com pelo menos 48 ou 72 horas de antecedência.....

Seguidamente Silvia Silva (CDU) disse que o relatório tinha sido remetido com pouco tempo de antecedência e que era muito complicado fazer uma análise coletiva



O Presidente da Mesa sobre a remessa do relatório afirmou que se calhar também tinha alguma responsabilidade pelo facto não ter aceite o pedido de adiamento da Assembleia de Freguesia já marcada em devido tempo.....

O Presidente da Junta usou da palavra para dizer que reconhecia o atraso e que já na próxima 2ª feira iriam reunir para se encontrar uma forma de que antes uma semana da assembleia todos setores façam chegar as participações para se poder elaborar o relatório e remetê-lo atempadamente.....

De seguida o Presidente da Mesa, não havendo mais intervenções e antes de encerrar a reunião, pôs a votação as minutas das decisões tomadas, tendo sido as mesmas aprovadas por unanimidade.....

O Presidente: _____

O Primeiro secretário: _____

O Segundo Secretário: _____

Moção

Tal como ocorre em todo o país, também nesta freguesia as populações continuam a sofrer as consequências da decisão do governo PSD/CDS-PP de privatizar os CTT em julho de 2013.

Durante décadas, os CTT para além de entregarem todos os anos ao Estado mais de 30 milhões de euros como dividendos, asseguraram obrigações de serviço universal como “a distribuição domiciliária de correio, pelo menos uma vez por dia, todos os dias úteis”. Agora o atraso na entrega da correspondência passou a ser norma.

O que aconteceu aos CTT depois da entrega a privados é uma história que se repete, sempre que se desmantelaram os serviços públicos. Foram alienados os principais edifícios, que eram propriedade do Estado português. Só na venda da sede nacional os novos donos dos CTT encaixaram 25 milhões de euros. E em vez de exercerem a atividade essencial ligada aos serviços postais, muitas estações dos CTT foram encerradas e outras transformadas numa espécie de quiosque, em que os trabalhadores são pressionados a vender livros, jogos de azar e outros produtos. Os novos donos dos CTT focaram-se na criação dum banco para conceder crédito ao consumo e após terem forçado milhares de trabalhadores a sair da empresa, empurraram para as juntas de freguesia ou para estabelecimentos comerciais a atividade postal de receção e distribuição de cartas e encomendas.

Para os acionistas, o negócio está a correr bem. O resultado líquido de 2021 atribuível a detentores de capital foi de 38 milhões de euros, mais 21 milhões que em 2020, e aos acionistas vai ser atribuído este ano um dividendo de 0,12

€ por ação. Mas para as pessoas, a privatização dos CTT tem sido um desastre social e económico. Recebem com atraso os vales postais com as suas pensões e contas para pagar já fora do prazo. Os donos do CTT diminuem os gastos com pessoal na área do correio. Não são contratados os carteiros que fazem falta para um serviço de qualidade. São necessários mais profissionais, alertam os sindicatos.

Pelo exposto, a Assembleia de Freguesia de Ermesinde reunida em sessão ordinária em 23 de setembro de 2022, Delibera:

- 1- expressar a sua indignação pela contínua degradação do serviço de correios prestado pela empresa CTT, entregue a privados em 2013 e com concessão renovada até 2028;
- 2- reclamar dos órgãos do poder a adoção de medidas que garantam a adequada satisfação das necessidades das populações em matéria de serviços postais.

Ermesinde, 23-09-2022

Pelo Bloco de Esquerda

Florentino Silva e Renato Sousa

Moção

Tal como ocorre em todo o país, também nesta freguesia as populações continuam a sofrer as consequências da decisão do governo PSD/CDS-PP de privatizar os CTT em julho de 2013.

Durante décadas, os CTT para além de entregarem todos os anos ao Estado mais de 30 milhões de euros como dividendos, asseguraram obrigações de serviço universal como “a distribuição domiciliária de correio, pelo menos uma vez por dia, todos os dias úteis”. Agora o atraso na entrega da correspondência passou a ser norma.

O que aconteceu aos CTT depois da entrega a privados é uma história que se repete, sempre que se desmantelaram os serviços públicos. Foram alienados os principais edifícios, que eram propriedade do Estado português. Só na venda da sede nacional os novos donos dos CTT encaixaram 25 milhões de euros. E em vez de exercerem a atividade essencial ligada aos serviços postais, muitas estações dos CTT foram encerradas e outras transformadas numa espécie de quiosque, em que os trabalhadores são pressionados a vender livros, jogos de azar e outros produtos. Os novos donos dos CTT focaram-se na criação dum banco para conceder crédito ao consumo e após terem forçado milhares de trabalhadores a sair da empresa, empurraram para as juntas de freguesia ou para estabelecimentos comerciais a atividade postal de receção e distribuição de cartas e encomendas.

Para os acionistas, o negócio está a correr bem. O resultado líquido de 2021 atribuível a detentores de capital foi de 38 milhões de euros, mais 21 milhões que em 2020, e aos acionistas vai ser atribuído este ano um dividendo de 0,12

€ por ação. Mas para as pessoas, a privatização dos CTT tem sido um desastre social e económico. Recebem com atraso os vales postais com as suas pensões e contas para pagar já fora do prazo. Os donos do CTT diminuem os gastos com pessoal na área do correio. Não são contratados os carteiros que fazem falta para um serviço de qualidade. São necessários mais profissionais, alertam os sindicatos.

Pelo exposto, a Assembleia de Freguesia de Ermesinde reunida em sessão ordinária em 23 de setembro de 2022, Delibera:

- 1- expressar a sua indignação pela contínua degradação do serviço de correios prestado pela empresa CTT, entregue a privados em 2013 e com concessão renovada até 2028;
- 2- reclamar dos órgãos do poder a adoção de medidas que garantam a adequada satisfação das necessidades das populações em matéria de serviços postais.

Ermesinde, 23-09-2022

Pelo Bloco de Esquerda

Florentino Silva e Renato Sousa

Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia,
Sr. Presidente da Junta de Freguesia,
Sras e Srs Membros do Executivo e da Assembleia de Freguesia,
Público em geral e comunicação social presente,
Boa noite a todos.

Aplicação do suplemento remuneratório de penosidade e insalubridade

Foi publicado no passado dia 9 de novembro de 2021, o DL 93, que visa, e passo a citar: a *“atribuição de um suplemento de penosidade e insalubridade aos trabalhadores integrados na carreira geral de assistente operacional que desempenhem funções de que resulte comprovada e elevada sobrecarga funcional que potencie o aumento da probabilidade de ocorrência de lesão ou um risco potencial agravado de degradação do estado de saúde do trabalhador”*. Na sequência foi fixado um suplemento remuneratório a quem exerce funções em condições de penosidade e insalubridade, com efeitos a 1 de janeiro deste ano. Assim, ao abrigo do disposto na Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, solicitamos ao Sr. Presidente a informação sobre como está a ser aplicado o pagamento do suplemento?

Ermesinde, 23-09-2022

Pelo Bloco de Esquerda

Florentino Silva e Renato Sousa

nomeadamente, qual o universo de trabalhadores abrangidos, assim como os critérios utilizados pelo executivo na sua aplicação?

Autorização para Compromisso plurianual relativo à aquisição de serviços de “Limpeza Urbana nos arruamentos e infraestruturas da Freguesia de Ermesinde”

Nos últimos anos Ermesinde recorreu sistematicamente a empresas privadas para a prestação do serviço de limpeza urbana com os resultados desastrosos que estão à vista de todos.

Arruamentos sujos, sarjetas e sumidouros por limpar que entopem com as primeiras chuvas “a sério”, sofre o freguês e anda a Junta a pagar por um serviço miserável.

Ainda não nos conseguiram provar quais as vantagens, para as populações e para as Autarquias, destas concessões a privados. Servem para encher os bolsos de alguns à custa da conhecida exploração dos trabalhadores e da depauperação dos recursos públicos.

Estamos agora perante mais um pedido de autorização para a assinatura de um novo contrato relativo à limpeza urbana e na fundamentação deste pedido diz: “*É fundamental dar continuidade a uma eficiente limpeza urbana*”. Dar continuidade??? Esperamos que não, esperamos todos que a limpeza urbana melhore bastante porque se for para dar continuidade a este estado de coisas é motivo de grande preocupação.

Perante tudo isto, existem algumas questões que desde logo gostaríamos de ver respondidas uma vez que não temos acesso ao contrato ao qual se pretende amarrar a Junta até Janeiro de 2027.

- As ruas abrangidas são todas as da Freguesia?
- Há uma periodicidade estabelecida para a varredura de cada rua ou zona?
- Como será feita a fiscalização?
- Quais os mecanismos, se é que existem, previstos em caso de incumprimento?
- Se forem criadas novas ruas como será feita a sua inclusão no contrato?
- O contrato anterior foi abandonado pela empresa que prestava o serviço, ou seja, não o cumpriu. Foi aplicada alguma penalização por esse incumprimento e em que montante?
- No caderno de encargos deste novo contrato está prevista alguma caução ou garantia bancária que possa ser executada para precaver situações como a anterior?

Para terminar gostaria de lembrar que a Limpeza Urbana já foi assegurada por serviços públicos que faziam um trabalho com qualidade em favor das populações. É nossa convicção que assim é que deveria ser, hoje e no futuro.

Ermesinde, 23/09/2022

Silvia Silva



Declaração de voto

Ponto 2

Compromisso plurianual relativo à aquisição de serviços: "Limpeza Urbana nos arruamentos e infraestruturas da Freguesia de Ermesinde"

O Partido Social Democrata abstém-se no ponto suprarreferido, no sentido, em que não consegue ter a perceção real de que as verbas a contratualizar serão suficientes para a execução da limpeza urbana nos arruamentos e infraestruturas da freguesia de Ermesinde.

Com este sentido de voto e de forma responsável, o Partido Social Democrata dará naturalmente o benefício da dúvida ao executivo da junta de freguesia, por forma, a que o serviço seja executado dentro dos parâmetros de qualidade exigidos e com os respetivos benefícios para a população.

Esta posição assenta na pluralidade democrática, no equilíbrio e na equidade para com a freguesia e a respetiva população. Esperamos então, que a execução da limpeza urbana nos arruamentos e infraestruturas da freguesia de Ermesinde possa elevar o seu patamar de qualidade, para assim, melhorar significativamente o serviço até então prestado.

Ermesinde, 23 de setembro de 2022

Os Eleitos pelo PSD